



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG

COMISSÃO ESPECIAL

PARECER SOBRE PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 04/2025

AUTOR: Ver. Martins Lima Filho e Outros.

MATÉRIA: Altera a redação do *Caput* do art. 21, e acrescentam os parágrafos 4º, 5º, 6º e 7º ao art. 40 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros-MG (LOM) e dá outras providências.

I- RELATÓRIO

O presente Projeto de Emenda foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 04/11/2025, com entrada na Sala das Comissões no dia 05/11/2025.

Após parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, o projeto de emenda à LOM foi encaminhado a esta Comissão Especial, nomeada pela Portaria nº 263/2025, para, nos termos regimentais, manifestar sobre matéria.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A proposição tem por objetivo alterar a redação do *Caput* do art. 21, e acrescentar os parágrafos 4º, 5º, 6º e 7º ao art. 40 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros-MG

Art. 21. A Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente, na sede do Município, em dois períodos, sendo o primeiro de 01 (primeiro) de fevereiro a 19 (dezenove) de julho e o segundo de 30 (trinta) de julho a 24 (vinte e quatro) de dezembro.

...

Art. 40 ...

...

§ 4º - Após completado 12 (doze) meses de exercício da função, o Vereador faz jus a férias de 30 (trinta) dias;

§ 5º - As férias dos Vereadores coincidirá com o recesso parlamentar do mês de janeiro de cada ano;

§ 6º - Os vereadores farão jus ao terço de férias constitucional após completado 12 meses de exercício da função;

§ 7º - No último ano da legislatura os vereadores farão jus à indenização das férias acrescida do terço constitucional ainda dentro da própria legislatura.

O art. 21 está inserido no Capítulo II, Seção I, que trata da Câmara Municipal.

A alteração promovida pelo presente Projeto de Emenda à Lei Orgânica objetiva alterar a data de início e término do primeiro período da sessão legislativa.

O texto em vigor possui a seguinte redação: “A Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente, na sede do Município, em dois períodos, sendo o primeiro de 21 (vinte e um) de janeiro a 9 (nove) de julho e o segundo de 30 (trinta) de julho a 24 (vinte e quatro) de dezembro”.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG

COMISSÃO ESPECIAL

Com a nova redação proposta, o primeiro período da sessão legislativa será de **1º de fevereiro a 19 de julho**.

A alteração promovida guarda consonância com o âmbito federal e estadual que possuem períodos aproximados das sessões legislativas.

Outro artigo objeto de alteração é o art. 40 da Lei Orgânica, que também se encontra inserido no Capítulo que trata do Legislativo Municipal.

A alteração objetiva garantir o direito de férias dos parlamentares, bem como o pagamento do terço de férias constitucional, após completado 12 meses de exercício da função.

O § 5º destaca que as férias dos vereadores coincidirá com o recesso parlamentar no mês de janeiro de cada ano.

O terço de férias é um direito constitucional assegurado a todos os trabalhadores em geral, é razoável que tal direito também seja estendido aos vereadores.

O Supremo Tribunal Federal possui decisões no sentido de ser possível a concessão do terço constitucional aos parlamentares municipais, condicionando o pagamento a existência de legislação municipal concedendo tal direito, bem como o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) já se manifestou favorável em diversas consultas no mesmo sentido.

Assim, a alteração da Lei Orgânica é necessária para a concretização do direito aos parlamentares municipais.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta comissão é favorável à aprovação da matéria pelo Plenário.

Sala das Comissões, 06 de novembro de 2025.

Comissão Especial – Portaria nº 263/2025.

Ver. Raimundo Pereira da Silva (Presidente ad hoc) _____

Ver. Edson Pereira dos Santos _____

Ver. Maria das Graças Gonçalves Dias _____

Ver. Odair Ferreira Oliveira _____

Ver. Soter Magno Carmo _____